# POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE UMA PESSOA CEGA NO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UFPA

Lângela dos Santos CARMO[1].
Rosilene Rodrigues PRADO[2].
Tatiana Nazaré de Carvalho Artur BARROS[3].

Universidade Federal do Pará.
Eixo 23: Práticas de inclusão escolar no ensino superior
Categoria: Comunicação Oral

**Resumo**: O paradigma da inclusão pressupõe acesso ao sistema educacional como direito de TODOS. As Instituições de Ensino Superior devem se adequar para garantir acessibilidade e permanência a TODOS os alunos, sem exceção. A pessoa com deficiência visual é público alvo da educação especial. O presente artigo tem por objetivo relatar as estratégias utilizadas pela equipe da CoAcess/SAEst/UFPA para promover as garantias de inclusão, acessibilidade e permanência de uma pessoa cega, no Curso de Nutrição da UFPA. A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, do tipo estudo de caso. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram: entrevista com docentes e discentes, gravações em áudio e registros com fotos das situações interativas entre a pessoa cega e seus pares (professores, monitores e colegas de turma). Os dados foram analisados à luz da Teoria Sócio Histórica a partir de duas categorias de análise, as quais revelaram os seguintes resultados: 1) estratégias para promoção da inclusão e eliminação de barreiras: foi realizada entrevista com a pessoa cega e com a família; reuniões com diretores, professores; rodas de conversa com seus e colegas de turma para orientação quanto ao relacionamento com PcD; orientação e mobilidade. 2) estratégias para garantias de acessibilidade e permanência da pessoa cega em sala de aula: Produção de material didático adaptado (tátil, audiodescrição de imagens, transcrição de textos acadêmicos para a escrita Braille, uso do software DOSVOX) e avaliações adaptadas. As experiências vivenciadas revelaram as possibilidades para garantir a inclusão, a permanência e a participação efetiva e afetiva de alunos com deficiência visual no ensino superior. **Palavras Chaves:** Inclusão e Acessibilidade, Deficiência Visual, Mediação.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação na perspectiva da educação inclusiva vem ganhando força nas ultimas décadas. Muitas têm sido as discussões, ações e reflexões acerca da temática, que tem nos levado a responder as demandas referentes ao processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência. O paradigma da inclusão pressupõe acesso ao sistema educacional como direito de TODOS, e as instituições devem se adequar para garantir acessibilidade e permanência dos alunos, sem exceção, aos espaços

[1]Graduada em Licenciatura em Biologia (ICB), Audiodescritora da Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess/SAEST/UFPA).E-mail: langela.carmo@yahoo.com.br
[2] Professora e Mestra em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC-UFPA). Especialista em Gestão Pública e Políticas do Desenvolvimento Regional (NAEA); Especialista em Psicopedagogia (FAP). Graduada em Psicologia (UNAMA). Coordenadora da Equipe Transtorno do Espectro Autista - TEA/CoAcess/SAEST/UFPA. E-mail: rosipradopsi@gmail.com
[3] Graduada em Licenciatura plena em Matemática pela Universidade Estadual de Vale do Iguaçú; Especialista em Educação especial com ênfase em Atendimento Educacional Especializado (FAAM)

educacionais (PIECZKOWSKI, 2012, P.96). Tais garantias são asseguradas às pessoas com deficiência, em todos os níveis de ensino, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PcD):

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2016, p.19)

De acordo com o Art. 2º da lei Nº 13.146/2015, é considerada pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". (BRASIL, 2016, p. 8)

Compreende-se por *barreiras:*

> Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2016, p.10).

Desta forma, é dever do estado e dos sistemas de ensino desenvolver ações que contribuam para a eliminação de qualquer forma de descriminação e barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informação, atitudinais, tecnológicas) que podem vir a impedir ou limitar a participação plena da pessoa com deficiência no processo de ensino e aprendizagem.

> Assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir o acesso, a permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos e acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena destes alunos (BRASIL, 2015).

Assim, nos últimos anos, as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm ampliando ações afirmativas que tem contribuído para que, cada vez mais, os alunos com deficiência tenham garantido seu acesso a esses espaços, além da implementação das políticas afirmativas das cotas para o ingresso de PcDs no ensino superior, o que

vem estimulando o ingresso desse público no ensino superior de forma significativa nos últimos anos.

Portanto, as instituições devem garantir não só o acesso, mas também garantir a acessibilidade, permanência e participação em todas as atividades levando o desenvolvimento pessoal, social e profissional da Pessoa com Deficiência.

Assim, é preciso que as instituições devem estar atentas e vigilantes para auxiliar no processo de eliminação ou redução de barreiras que possam vir a ser enfrentadas pelos alunos PcD, bem como combater a falta de acessibilidade que pode levá-los a vivenciar um baixo desempenho acadêmico, ocasionando uma formação inadequada. (CORRÊA, 2014, p. 19)

Os documentos oficiais do governo orientam as IES para o fato de que não seja a deficiência o motivo da restrição ao acesso dessas pessoas à determinados ambientes, nem o fator que irá limitá-las a executarem as atividades de vida diária na academia, nem deve ser tomado como critério para definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação destes estudantes (SECADI/SESu– 2013).

Promover inclusão, acessibilidade e permanência com sucesso dos alunos com deficiência visual no ensino superior, têm sido um dos grandes desafios enfrentados por todos os seus pares (gestores, professores, técnicos e colegas de turma), pelo fato de muitos de seus "companheiros de vida acadêmica" desconhecerem as características da pessoa com deficiência visual, suas habilidades e seus comprometimentos, para assim, viabilizar ajudas que contribuirão para a sua aprendizagem. De tal modo, é importante aprender e (re)conhecer que a pessoa com deficiência visual pode encontrar-se em um dos grupos abaixo:

> **Cegueira** – termo usado somente para perda total de visão, neste sentido os indivíduos devem contar com habilidades de substituição da visão.
> **Baixa Visão** – termo usado para graus menores de perda de visão, sendo que os indivíduos podem receber auxílio por meio de aparelhos e dispositivos de reforço da visão.

Entendemos assim, que todo processo de aprendizagem deve ser sempre mediado por outros (guia vidente), por instrumentos e por signos construídos social, histórica e culturalmente na relação homem-meio. Portanto, é condição *sine quanom*

que sejam disponibilizados nessa relação entre pares: compartilhamento de experiências em ambientes inclusivos, profissionais especializados, equipamentos acessíveis, materiais adaptados, a fim de proporcionar o acesso e a acessibilidade, e a participação dos alunos com deficiência em todas as atividades da sala de aula contribuindo desta forma para o ganho de sua autonomia, independência com segurança (RODRIGUES, 2013, p.27).

Assim, a mediação do outro nas interações sociais, do uso das tecnologias assistivas e da implementação de novas políticas públicas é o que nos ajudará a avançar com vistas as garantias da inclusão e acessibilidade para pessoas cegas, auxiliando na eliminação de barreiras (atitudinais, de comunicação e informação, pedagógicas) vivenciadas por estes alunos no contexto educacional (BRASIL, 2009).

Programas computacionais como o sistema operacional DOSVOX, os sintetizadores de voz, o sistema Braile, o uso da reglet, o soroban, a bengala são instrumentos muito utilizados no dia a dia de pessoas cegas, para se comunicar, se relacionar, intervir sobre o meio contribuindo para sua aprendizagem e ganho de autonomia (FONTANA, 2010).

## 2. OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo relatar as estratégias utilizadas pela equipe da Coordenadoria de Acessibilidade da Superintendência de Assistência estudantil da Universidade Federal do Pará (CoAcess/SAEST/UFPA) para promover inclusão e acessibilidade para uma pessoa cega, no Curso de Nutrição da UFPA.

## 3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, estudo de caso, pelo fato de buscarmos compreender os fenômenos estudados a partir da sua dinâmica de relações sociais, de sua descrição e sua interpretação (KAWARK, 2010).

A pesquisa foi realizada no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará, no período de julho a outubro de 2016, com a participação de uma pessoa cega do curso de Nutrição da UFPA e alguns professores e seus colegas de turma.

Os dados foram coletados utilizando-se entrevistas, gravações em áudio e registro em fotos com o uso de um celular, dos momentos interativos ocorridos em sala de aula, durante o processo de aprendizagem de uma pessoa cega com seus pares (professores, monitores e colegas de turma). Para a coleta de dados, foi utilizado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram analisados a partir do recorte dos episódios interativos envolvendo as ações e falas dos participantes durante compartilhamento e construção de conhecimento, na situação de aprendizagem, os quais foram analisados à luz da Teoria Sócio Histórica, a partir das seguintes categorias:

1– Estratégias para promoção da inclusão e eliminação de barreiras;

2 – Estratégias para garantias de acessibilidade e permanência da pessoa cega em sala de aula.

A seguir apresentaremos os resultados encontrados no estudo.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Apresentamos a seguir as estratégias utilizadas pela equipe da CoAcess/SAEst/UFPA para auxiliar no processo de inclusão, acessibilidade e eliminação de barreiras, durante o processo de aprendizagem de uma pessoa cega no ensino superior.

4.1 – **Estratégias para promoção da inclusão** da pessoa cega no ambiente acadêmico:

Para promover a inclusão da pessoa cega no ambiente acadêmico, primeiramente, foi necessário realizarmos uma **entrevista inicial com a pessoa cega e seus familiares** para elaborarmos um **plano de atendimento individual**, que tinha como intuito conhecer suas habilidades e dificuldades e desta forma pudéssemos orientar coordenadores de curso, professores e seus colegas de turma quanto a forma de garantir sua inclusão e permanência em sala de aula.

Durante a escuta da família, foi possível compreender de acordo com o relato da mãe que a maior dificuldade da pessoa cega, estava relacionada ao seu deslocamento, pelo fato da mesma morar em outro município, a cerca de 44,5 km do campus universitário - Belém, e não possuir até aquele momento autonomia para se deslocar sozinha de sua residência para a universidade, necessitando sempre ser acompanhada por sua mãe ou irmã.

Com base nas informações apresentadas pela pessoa cega, também foi possível identificar algumas de suas habilidades, tais como: domínio da escrita e leitura Braille, do uso da reglet, do sistema operacional Dosvox, boa percepção tátil e memória auditiva. Identificamos ainda, que a pessoa cega não fazia uso da bengala como suporte para sua locomoção em qualquer ambiente. A partir dessa informação orientamos a pessoa cega iniciar uma oficina de orientação e mobilidade para uso da bengala a fim de lhe garantir independência com segurança em sua locomoção em todos os ambientes.

Outra ação necessária foi a **realização de reuniões, rodas de conversas, com diretores, professores, monitores, colegas de turma** para orientações pedagógicas em relação para inclusão da pessoa cega:

A equipe da CoAcess organizou uma série de ações a fim de contribuir para a inclusão da pessoa cega, como: reuniões, encontros com os diretores, professores, além de rodas de conversa com os colegas de turma da pessoa cega, para compartilhar estratégias para o relacionamento com PcD, oficinas de Orientação e Mobilidade para condução correta de uma pessoa cega.

Destacamos aqui os momentos de **escuta individual de professores**, os quais se revelaram de extrema importância para acolher suas angústias ao se relacionar pela primeira vez com uma pessoa cega. Esses momentos nos fizeram perceber o quanto a formação continuada tratando do tema 'educação especial' é necessária para eles, assim como perceber o suporte de uma equipe especializada na área da educação especial para ajudá-los a enfrentar seus receios frente ao desconhecido, e assim contribuir para as barreiras atitudinais, como podemos constatar nos depoimentos a seguir:

> Professor A: *"nós não fomos formados para atender um aluno com deficiência, principalmente um aluno cego"*.
>
> Professor B *"Nunca tive esta experiência de dar aula para um aluno cego, será um grande desafio"*;
>
> Professora C: *"eu estou apavorada, pois, nunca dei aula para um cego, me sinto insegura em dar aula, me sinto incapaz, pois, parece que estou privando o aluno de certas informações e ao mesmo tempo, posso está privando a turma de outras. Não conheço nenhum recurso que ela possa utilizar"*.
>
> Professor D *"não sei nem por onde começar a oferecer ajuda à pessoa cega"*.

Os relatos acima também foram percebidos nos achados de Benevides (2014, p.16), que ao final reflete sobre a necessidade da formação dos professores para promover a inclusão em sua sala de aula.

> Os relatos demonstram que as ações pedagógicas de ensino e avaliação para o aluno com deficiência ainda encontram inadequadas. A falta de conhecimento do professor sobre as práticas pedagógicas apropriadas e sobre os recursos que possam auxiliar o aluno a desenvolver seu aprendizado de forma mais adequada, são fatores que prejudicam o aluno dentro da instituição. (BENEVIDES, 2014, p. 30).

Em outro momento, os professores contaram com a participação de um professor também cego, que é formador de professores da rede pública do ensino básico, na área de biologia, no qual contribuiu com algumas orientações importantes:

> "*professores valorizem a presença da pessoa cega em sala, pois a condição de cegueira era apenas um detalhe! Espero que ela realmente tenha garantida a sua participação na turma e não em separado. Que vocês possam valorizar os trabalhos em grupo e assim eles possam trocar experiências e informações, assim como, os amigos de turma possam compreender as dificuldades, mas também, suas competências, e a auxiliem a prosseguir o curso com mais qualidade e aprendizado para ambos, tanto os colegas de turma quanto para a pessoa cega cega".* (Prof. R. - Biólogo)

Esses momentos foram muito relevantes para a eliminação de barreiras atitudinais e pedagógicas, pois sabemos que as interações sociais são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, principalmente para a construção de vínculo entre professores-alunos-alunos na construção de conhecimentos, valores, saberes e práticas compartilhadas na sala de aula.

Segundo VYGOSTSK (1988, p.87):

> O organismo e meio exercem influência recíproca, portanto o biológico e o social não estão dissociados. Nesta perspectiva, a premissa é de que o homem se constitui como tal através de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.

Outro fato que merece destaque durante o processo de inclusão e acessibilidade da pessoa cega, está relacionado ao envolvimento e **apoio familiar** percebido pela equipe da CoAcess durante o percurso acadêmico da pessoa com deficiência, pois de acordo com o relato da mesma, sua irmã contribuía de forma significativa no processo de aprendizagem, exercendo a função de ledora em alguns momentos, realizando a leitura de seus textos utilizados em sala de aula. Sua mãe também lhe oferecia suporte

durante seu deslocamento entre sua residência-universidade e nos vários ambientes internos da academia. O apoio familiar é reconhecido por alguns autores como condição importante nesse processo:

> A família e a escola são parceiras fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar. (SOUSA, 2012, p.18)

Desta forma, reconhecemos a importância do outro na construção social, cidadã e profissional que a pessoa cega iria se tornar, a partir da construção de identidade universitária que ela estava experimentando naquele novo momento.

4.2 – Em relação **Estratégias para garantias de acessibilidade e permanência** da pessoa cega em sala de aula: Produção de material didático adaptado (tátil, em áudio, audiodescrição, Transcrição de textos acadêmicos para a escrita Braille); uso do DOSVOX, provas adaptadas e monitoria.

Durante os encontros da equipe da CoAcess com os professores lhes foi dito sobre a importância de **conhecer as características importantes da pessoa cega, o funcionamento dos recursos de tecnologia assistiva que lhe garantiriam acessibilidade e de certa forma auxiliariam quanto a eliminação de barreiras de informação e comunicação.**

Para isso foi realizado um encontro com os docentes e na oportunidade foram convidados a ouvir as **orientações da própria pessoa cega**, acerca das ações que os professores poderiam realizar para lhe ajudar em seu percurso acadêmico, tais como: disponibilização de textos acessíveis (Word ou PDF editável), uso de maquetes táteis, descrição de imagens, de gráficos e tabelas; fazer a leitura dos textos descritos no slide, assim como, o que escrever no quadro.

> O conteúdo curricular a ser trabalhado na classe, deve ser o mesmo tanto para os alunos com visão normal como para os alunos cegos. Para estes últimos, propõe-se ênfase especial na aprendizagem concreta, na instrução unificada (associação dos demais sentidos) e na auto atividade. As explicações de aula podem ser dadas da mesma forma, no entanto, para que seja descritivas e concretas e, sempre que possível, possibilitar que o aluno cego manipule objetos e materiais que sejam os mais próximos possíveis do real e que

> facilitem a compreensão e, consequentemente, sua participação nas atividades. (SILVA, 2014, p. 15)

Assim, foi orientado que os professores disponibilizassem todo o material utilizado em sala (slide, textos, artigos, entre outros) de forma antecipada para a pessoa cega, assim como para a equipe especializada da CoAcess para que em tempo hábil pudéssemos fazer **adaptação do material didático em formato acessível** para sua utilização e acompanhamento das discussões e debates em sala de aula junto com a turma. Tais orientações também são destacadas por alguns autores

> é, portanto, primordial que todos os educando, e em particular o aluno cego, disponham de todos os recursos necessários para ter acesso ao currículo comum, já que a dificuldade dos alunos não está relacionada aos conteúdos a serem adquirido, mas aos meios com os quais o sistema educativo conta para ensiná-lo podendo ocorrer o paradoxo de haver um aluno incluído fisicamente na sala de aula, mas precisando de integração educativa propriamente dita. (SILVA, 2014, p. 20)

Em uma das aulas, observamos que uma professora fazia descrições das imagens utilizadas em sala, em respeito a presença da pessoa cega, muitas vezes comparava as imagens especificas da disciplina de genética com algo do dia a dia, como: *"a via de mão dupla, um carro levando, parando e deixando componentes"*, mas sempre utilizando os nomes específicos, explicando os conteúdos de forma clara, objetiva e contextualizada. Observamos a preocupação da professora em saber se a pessoa cega compreendia o conteúdo ministrado.

Uma estratégia utilizada pela professora em relação a apresentação do conteúdo de embriologia foi a de **incentivar a turma a construir maquetes táteis**, a turma foi estimulada a desenvolver **atividades em grupos** e apresentaram os conteúdos de embriologia desde a fecundação até a 8ª semana de gravidez, utilizando maquetes táteis ao invés de imagens ou apresentação de slide, como observado na figura 1.

Figura 1- fotografias dos materiais didáticos produzidas pelas equipes, relacionados ao conteúdo de embriologia. Fonte: Carmo, 2016.

No dia da apresentação observamos a preocupação da turma com a pessoa cega em sala de aula, que passou de grupo em grupo, ouvindo explicações dos colegas e tateando as maquetes antes do inicio das apresentações.

A **produção de material tátil** foi significativa para a aprendizagem da pessoa cega, visto que, além de estimular os alunos a refletirem sobre a presença da colega, na condição de pessoa com deficiência visual, a pessoa cega também foi estimulada a compreender o assunto que estava sendo tratado em sala, visto que: o tato é um grande fornecedor de conhecimento e, portanto indispensável no desenvolver das pessoas cegas. Obtendo através desse sentido, as informações necessárias para sua sobrevivência e seu desenvolvimento físico, mental e intelectual (LIMA, 2004, p.15).

A **convivência entre pares não homogêneos** durante as situações interativas segundo Vygotsky (1998) promove às oportunidades de aprendizagem, especialmente no aspecto sócio-afetivo e moral, em que muitas delas têm aprendido a construir e praticar atitudes de tolerância, aceitação e colaboração com as crianças com deficiência.

A mediação é particularmente importante, como recurso para garantir a qualidade das experiências sociais e culturais da criança, e de fundamental importância para compensar as limitações funcionais que as crianças com deficiência enfrentam, já que a priori, encontram limitações na linha orgânica ou biológica do desenvolvimento (Vygotsky, 1998).

A **adaptação dos processos avaliativos,** também foram necessários e fundamentais para garantir a inclusão e a acessibilidade da pessoa cega, desta forma a coordenação da faculdade foi orientada pela equipe da CoAcess a disponibilizar um notebook com o programa DOS VOX instalado para garantir acessibilidade, visto que a utilização do programa permitia tanto a leitura de tela quanto a escrita, e assim a pessoa cega poderia realizar a prova junto aos demais colegas de turma. Estando de acordo com as orientações feitas por Silva (2014, p.24) sobre a "importância que o aluno cego seja orientado a seguir as mesmas regras da sala de aula e as normas da disciplina, exatamente como qualquer outro aluno deve seguir".

A utilização de programa sintetizadores de voz como o DOSVOX durante a realização das provas teóricas. As provas continham variadas questões, de marcar verdadeiro ou falso, marcar a correta, discursivas e algumas continham imagens, no qual, o professor foi orientado a descrever tais imagens. A pessoa cega utilizava o mesmo período de tempo dado à turma, quando havia necessidade lhe era garantido a dilação de tempo prevista em lei. Ao final, a prova era gravava no pen driver do próprio professor e entregue ao mesmo.

Figura 2: o uso do notbook como ferramenta para resolução de provas. Fonte: Carmo, 2016.

Durante a avaliação prática de Anatomia, para os demais alunos consistiu em 10 peças anatômicas, sendo 7 peças sintéticas e 3 originais mergulhadas em formol, no qual, os alunos faziam correspondência das nomenclaturas aos locais indicados nas.

Para a pessoa cega, a prova consistiu no trabalho com o tato, a pessoa tateava as peças e pronunciava o nome correspondente ao local indicado pelo professor, no entanto, houve a necessidade de algumas questões serem adaptadas, pois o professor se mostrou preocupado com o fato da pessoa tocar as peças originais sem a luva, visto que algumas peças estavam mergulhadas em formol, podendo causar irritações na pele, e o uso da luva dificultaria sua percepção do tátil, desta forma o professor adaptou algumas questões fazendo perguntas oralmente sobre o conteúdo abordado.

Figura 3: uso da percepção tátil durante a prova prática de Anatomia. Fonte: Carmo, 2016.

Desta forma, percebemos que a pessoa cega não apresentou grandes dificuldades para compreender os conteúdos trabalhados em sala e participou de forma efetiva junto a turma. Ao final do semestre os professores comentaram que se sentiram satisfeitos com o desenvolvimento das atividades proporcionadas para a participação da pessoa cega e da turma e agradeceram a equipe da CoAcess pelo suporte oferecido em todo processo.

Assim, nos embasamos nas afirmações de Bayer (2005) em relação a concepção ontogenética vygotskiana, em que a sócio gênese é fator precípuo para o bom desenvolvimento infantil, não há como esperar níveis satisfatórios de compensação e estruturação psíquica sem um espaço satisfatório de inclusão social. E nela a proposta de inclusão escolar atinge seu significado mais pleno.

Percebemos o quanto, nesse processo, todos ganham com a experiência e compreendem o quanto é necessário o processo inclusivo no ensino superior e em nossa sociedade. E que também foram eliminadas com essas ações barreiras pedagógicas, de comunicação e informação e de tecnologias assistivas.

## 5. CONSIDERAÇÔES FINAIS

Nosso estudo revelou a importância das interações sociais entre pares (videntes e pessoas com deficiência), considerando o outro que é diferente, com base no respeito, como sendo o caminho para a riqueza de possibilidades que podem vir a contribuir para o processo de inclusão, acessibilidade e a permanência de alunos com deficiência visual no ensino superior.

Apontou ainda, que no processo de aprendizagem da pessoa com deficiência a participação do outro, dos instrumentos e dos signos são essenciais para mediar o conhecimento desse público.

Reconhecemos os muitos avanços ocorridos na área educacional até os dias atuais, para incluir a pessoa com deficiência em nossa sociedade, em especial as pessoas cegas. No entanto, é necessário avançarmos cada dia mais para que possamos contribuir para a eliminação de barreiras (atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, de informação e comunicação, de tecnologias assistivas) ainda enfrentadas por este público no sistema educacional.

## 6. REFERÊNCIAS


BAYER, H. O. **Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva?. Cadernos: Edição 2005. Nº 26.** http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/index2005.htm. Acessado em 27/07/2016.

BENEVIDES, M. C;. Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: estudo de caso em uma instituição de ensino superior da rede publica federal de Fortaleza – Ceará. In: LEITÃO, V. M. **acessibilidade na UFC tessituras Possíveis**. UFC, 2014.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - SNPD. 2009. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições Técnicas, 2016.

CORRÊA, P. M. Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. **Tese (Doutorado em Educação)** – programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marilia 2014.

DOCUMENTO ORIENTADOR, PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SECADI/SESU, 2013.

FONTANA, M. V. L.; VERGARA N. E. L. **Educação e Inclusão de Pessoas Cegas: da Escrita Braile à Internet**. Universidade Federal de Pelotas – UFPel Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19042010095015.pdf.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C e MEDEIROS, C, H. **Metodologia da pesquisa: Um guia prático**, p.26, Itabuna-Bahia, 2010.

LIMA, F. J.**Ensinando reconhecer desenhos pelo tato: o efeito do treino no desempenho de pessoas cegas na nomeação de figuras examinadas hapticamente**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/MR/MR-CI0180.pdf.

SILVA, L.G.dos S, **Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular**. Ufpi 2014. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.8/GT8_5_204.pdf.

PIECZKOWSKI T. M. Z. **Inclusão no ensino superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência,** IX AMPED SUL - seminário de pesquisa em educação da região sul, Unochapecó, 2012.

PROJETO DOSVOX: disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm

REIS, M. X; EUFRÁSIO, D. A; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual.**Revista em Educação**, v.26 n.01 p.111-130,Belo horizonte: Abril, 2010.

RODRIGUESR, P**.** O movimento inclusivo no ensino superior na perspectiva de alunos cegos. **Dissertação (mestrado em educação)** - programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SOUSA J. P. A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em psicopedagogia Clínica e Institucional**. Fortaleza – 2012.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.